

O que é o Recurso em Sentido Estrito (RESE)? Guia Completo

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 11/09/2025



O recurso em sentido estrito (RESE) é um instrumento jurídico usado para contestar decisões interlocutórias no processo penal que não encerram o processo, mas podem afetar seu andamento, com prazo de cinco dias para interposição e atuação essencial na correção de decisões judiciais.

Você sabe o que é o recurso em sentido estrito (RESE)? Esse tipo de recurso pode parecer confuso, mas é fundamental no processo penal. Quer entender quando ele entra em cena e como pode impactar uma decisão? Vamos explorar isso juntos.

Definição e conceito do recurso em sentido estrito

O recurso em sentido estrito (RESE) é um instrumento jurídico utilizado para contestar decisões interlocutórias no processo penal, aquelas que não põem fim ao processo, mas podem afetar o andamento do caso. Ele está previsto no Código de Processo Penal e serve para corrigir eventuais erros ou abusos cometidos por um juiz durante o trâmite da ação.

Diferente da apelação, que é usada contra sentenças finais, o RESE se concentra em decisões provisórias que não encerram o julgamento do mérito. Por exemplo, decisões relacionadas à prisão preventiva, à rejeição da denúncia ou a questões

processuais importantes podem ser objeto desse recurso.

Aspectos essenciais do RESE

O RESE permite uma revisão rápida e eficiente de atos judiciais, garantindo o direito das partes de buscar a correção imediata de decisões que possam prejudicá-las. É importante saber que o recurso deve ser interposto dentro de um prazo específico, normalmente de cinco dias, sob pena de preclusão.

Além disso, o recurso é direcionado a um tribunal superior, que avaliará se a decisão contestada deve ser mantida, modificada ou anulada. Dessa forma, o RESE funciona como um mecanismo de controle para assegurar a legalidade e a justiça no processo penal.

Assim, compreender o conceito e a finalidade do recurso em sentido estrito é fundamental para que advogados, partes envolvidas e interessados no tema possam utilizar esse instrumento de forma eficaz e correta.

Quando o RESE pode ser interposto no processo penal



O **recurso em sentido estrito (RESE)** pode ser interposto em situações específicas no processo penal, geralmente contra decisões interlocutórias que tenham impacto direto no andamento do processo. Conhecer quando e como apresentar esse recurso é essencial para garantir a defesa dos direitos das partes envolvidas.

Casos comuns para interposição do RESE

Entre as hipóteses mais frequentes para o uso do RESE estão: decisões que determinam a prisão preventiva, rejeição da denúncia ou que negam pedidos de liberdade provisória. Essas decisões, embora não sejam finais, possuem peso na condução do processo e podem causar prejuízos se não forem revistas.

Outro exemplo é quando o juiz determina medidas cautelares diversas da prisão ou decide sobre a restituição de bens apreendidos. Nesses casos, o RESE atua como um meio rápido para contestar e corrigir possíveis excessos ou erros.

Prazo e legitimidade para recorrer

O prazo para interpor o recurso em sentido estrito é curto, geralmente de cinco dias a partir da ciência da decisão. Além disso, a parte interessada, seja o acusado, o Ministério Público ou mesmo terceiros diretamente afetados, tem legitimidade para apresentar o RESE.

É importante agir rapidamente e com respaldo jurídico adequado para assegurar que o recurso seja aceito e analisado pelo tribunal competente.

Procedimento e prazos para apresentação do RESE

O procedimento para a apresentação do **recurso em sentido estrito (RESE)** é regulamentado pelo Código de Processo Penal e exige atenção aos prazos e formas para garantir sua validade. É fundamental que o recurso seja interposto de forma correta para que o tribunal competente possa analisá-lo adequadamente.

Como apresentar o RESE

O RESE deve ser apresentado por meio de petição dirigida ao juiz que proferiu a decisão que se quer contestar. Essa petição precisa ser fundamentada, indicando claramente os pontos da decisão que se deseja reformar e as razões que justificam o recurso.

Após a interposição, o juiz encaminha o recurso para o tribunal de segunda instância, que fará a análise do mérito da decisão. Durante esse processo, é possível que o tribunal peça informações adicionais ou outras providências para esclarecer o caso.

Prazos para interposição

O prazo para apresentar o recurso em sentido estrito é curto e geralmente de cinco dias contados a partir da intimação da decisão. É um prazo peremptório, ou seja, não pode ser ampliado, sob pena de perda do direito de recorrer.

O cumprimento rigoroso desses prazos é essencial para a validade do recurso e para garantir que a parte possa buscar a correção da decisão judicial de forma eficaz e tempestiva.

Diferenças entre RESE e outros recursos penais



O recurso em sentido estrito (RESE) se diferencia de outros recursos penais tanto no momento oportuno para sua interposição quanto na finalidade e alcance de sua análise. Compreender essas diferenças é importante para usar cada recurso de forma correta durante o processo penal.

RESE x Apelação

A apelação é utilizada para impugnar sentenças condenatórias ou absolutórias, ou seja, decisões finais que encerram a fase de julgamento. Já o RESE é cabível contra decisões interlocutórias, aquelas que ocorrem durante o processo, mas não põem fim à causa.

RESE x Habeas corpus

Enquanto o RESE visa revisar decisões interlocutórias específicas dentro do processo penal, o habeas corpus é um remédio constitucional para proteger o direito de liberdade de locomoção, podendo ser usado em situações de ilegalidade ou abuso de poder relacionadas à prisão.

RESE x Recurso Ordinário

O recurso ordinário é cabível em hipóteses específicas previstas em lei, como em processos originários de tribunais superiores, e possui procedimento distinto. Já o RESE tem um campo de aplicação mais restrito, focado em decisões interlocutórias no âmbito do procedimento comum.

Essas diferenças mostram que o RESE é uma ferramenta rápida e objetiva para atacar decisões que possam prejudicar o andamento do processo penal, sem a complexidade ou amplitude de outros recursos.

Importância prática e consequências do uso do RESE

O **recurso em sentido estrito (RESE)** possui grande importância prática no processo penal, pois permite a revisão rápida de decisões interlocutórias que podem impactar diretamente a vida das partes envolvidas. Seu uso correto é essencial para garantir a justiça e a legalidade durante o andamento do

processo.

Impactos no processo penal

Ao possibilitar a contestação imediata de decisões que, por exemplo, determinam prisões preventivas ou indeferem pedidos de liberdade, o RESE ajuda a evitar injustiças e abusos de poder. Ele também assegura que erros ou equívocos judiciais possam ser corrigidos antes que causem prejuízos maiores.

Além disso, o uso adequado do RESE contribui para a celeridade processual, pois impede que decisões incorretas se perpetuem até o julgamento final, o que poderia atrasar a resolução do caso.

Consequências do uso inadequado

O mau uso do recurso pode levar ao seu não conhecimento, fazendo com que as decisões questionadas permaneçam vigentes mesmo que estejam equivocadas. Isso pode gerar prejuízos irreparáveis para o acusado ou para a parte interessada.

Também pode causar atrasos desnecessários no processo, caso seja interposto sem fundamento ou com fins protelatórios, prejudicando a eficiência do sistema judicial.

Considerações finais sobre o recurso em sentido estrito (RESE)

O recurso em sentido estrito é uma ferramenta essencial para garantir a correção de decisões interlocutórias no processo penal. Seu uso adequado contribui para a justiça e a celeridade processual, protegendo os direitos das partes envolvidas.

Compreender quando e como utilizar o RESE evita prejuízos e promove um julgamento mais justo e eficiente. Além disso, respeitar os prazos e procedimentos legais é fundamental para

que o recurso seja aceito e possa surtir os efeitos desejados.

Portanto, conhecer bem o RESE e suas particularidades fortalece a atuação no processo penal e assegura uma defesa mais eficaz.

FAQ – Perguntas frequentes sobre o recurso em sentido estrito (RESE)

O que é o recurso em sentido estrito (RESE)?

O RESE é um recurso jurídico utilizado para contestar decisões interlocutórias no processo penal, que não encerram o processo, mas podem afetar seu andamento.

Quando o RESE pode ser interposto?

O RESE pode ser interposto contra decisões que determinam prisões preventivas, rejeição da denúncia, medidas cautelares e outras decisões interlocutórias que impactam o processo.

Qual é o prazo para apresentar o RESE?

O prazo para interposição do RESE é geralmente de cinco dias a partir da intimação da decisão, sendo um prazo peremptório que não pode ser ampliado.

Quais as diferenças entre RESE e apelação?

A apelação é usada contra sentenças finais, enquanto o RESE é destinado a contestar decisões interlocutórias durante o processo penal.

Quem pode apresentar o recurso em sentido estrito?

São legitimados para apresentar o RESE o acusado, o Ministério Público e terceiros diretamente afetados pelas decisões interlocutórias.

Quais as consequências do uso inadequado do RESE?

O uso incorreto pode levar ao não conhecimento do recurso, mantendo decisões equivocadas e atrasando o processo, além de prejudicar as partes envolvidas.

[Fale com um especialista](#)